

APRESENTANDO UMA
ALTERNATIVA À POLÍTICA DE
REONSABILIZAÇÃO PELOS
RESULTADOS
(ACCOUNTABILITY): A
AVALIAÇÃO NAS ESCOLAS DO
MST



Vol. 8 nº 15 jan./jun. 2013

p. 93-105

PRESENTING AN ALTERNATIVE
TO ACCOUNTABILITY POLICY
THROUGH RESULTS: THE
AVALIATION IN SCHOOLS OF MST

Edna Rodrigues Araújo Rossetto¹

(Universidade Estadual de Campinas)

Janete Ritter²

(Universidade Estadual de Campinas)

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo apresentar, ainda que de maneira sucinta, a política de responsabilização pelos resultados presente nos EUA e, posteriormente, propor uma alternativa para a avaliação. Esta alternativa em nosso entendimento, não busca a responsabilização, a culpabilização pelos resultados da avaliação, ao contrário, é construída em outra perspectiva avaliativa. É resultado de uma disciplina do curso de doutorado, portanto de estudos bibliográficos e da experiência em educação do campo das autoras. A perspectiva é apresentar as duas propostas, com o intuito de apontar limites e possibilidades na avaliação escolar.

PALAVRAS-CHAVE: educação, responsabilização, avaliação, MST.

ABSTRACT: This article aims to present, albeit succinctly, the policy of accountability for the results present in the U.S. and subsequently propose an alternative for evaluation. This alternative in our view, does not seek to blame, blame for the results of the evaluation, in contrast, is built on another evaluative perspective. It is the result of a course in the doctoral therefore of bibliographical studies and experience in the field of education authors. The perspective is to present two proposals, in order to point out the limits and possibilities in school evaluation.

KEYWORDS: education, accountability, out assessments, MST.

¹ Edna Rodrigues Araujo Rossetto, Membro do Setor de Educação do MST, doutorando na Universidade Estadual de Campinas – FE-UNICAMP.

² Janete Ritter, Professora da UNIOESTE, doutoranda na Universidade Estadual de Campinas-FE- UNICAMP, membro do Grupo de Pesquisa em Políticas Sociais – GPPS.

I. INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva compreender como é apresentada a questão da responsabilização pelo resultado de testes, *accountability*, compreendendo desta forma os limites existentes hoje na política educacional e, apontando alternativa tanto ao processo de avaliação quanto à responsabilização.

É de nosso conhecimento que estamos num momento de mudança na política educacional o que impacta na questão da avaliação, tal fato é apontado por diferentes autores e em diferentes níveis. Sendo assim, impõe-se a necessidade de entender a política educacional, vislumbrar o que traz para o campo educacional, alertando, disponibilizando a análises.

Destaca-se como característica deste momento a emergência da ideologia de que para melhor a educação se faz necessário o esforço de todos, ou seja, aglutinar diferentes matizes sob um mesmo ideário: Educação de qualidade para todos. Isso cria diferentes enfoques e a falsa idéia de que todos estão falando a mesma coisa, o que precisa ser quebrado.

Diante do exposto faz-se necessário estudar uma realidade mais desenvolvida para explicar a menos desenvolvida. O EUA tem exercitado todas estas políticas educacionais de avaliar e responsabilizar os sujeitos pelo resultado destas e, ao que tudo indica está em curso no Brasil.

As avaliações nacionais ocorrem desde os anos 90 em nosso país, sendo a sua concretização: o sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e o Programa de Avaliação Internacional de Estudantes (PISA).

Ainda, antes de adentrarmos mais profundamente nesta questão da responsabilização, importa levantar alguns dados sobre a educação do campo, uma vez que esta não se situa fora deste contexto e, é dela que provém a indicação de alternativa a essa política.

Na atualidade, o campo não constitui um modo de produção distinto do capitalismo, mas nele vigora o modo de produção capitalista. Segundo Dalmagro (2010, p 97) “*O capitalismo se apropria, controla e domina os recursos naturais e humanos, numa corrida insana para acumular e concentrar sempre mais riquezas*”. A hegemonia do capital no campo, não significa, entretanto, ignorar as particularidades do campo, as diferenças pelas quais o capital se realiza na cidade e na agricultura.

É num cenário de exclusão, sofrida tanto pelos trabalhadores rurais, quanto pelos trabalhadores urbanos, que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)³ vem desenvolvendo suas ações e seu Projeto Político-Pedagógico de Educação, vinculado ao seu projeto político de Reforma Agrária e de Transformação Social. Neste sentido, a luta pela Reforma Agrária não se limita à conquista da terra; ela é uma das primeiras lutas que se faz, e uma luta muito árdua para garantir a sobrevivência e o direito do trabalhador do campo. Para materializar essa contraposição e construir “alternativa” de organização da vida humana, o Movimento desenvolve ações em vários setores, entre as quais destacamos: o investimento em projetos educacionais, como elemento tático para a construção do projeto histórico socialista.

Ao se pensar a avaliação dos processos educativos importa destacar que ela se constitui objeto de preocupação dos docentes e discentes, portanto contraditória e é por isso que se faz necessário debater e propor alternativas para o processo de avaliação.

Para o sistema capitalista a educação é um sub item da produção, deve facilitar o sistema produtivo. Portanto, ao pensar avaliação é preciso olhar todas as avaliações inclusive as externas para validar ou não as avaliações. Mas é preciso pautar na discussão da escola, negociar as causas dos resultados da avaliação e não apenas apontá-las ou ainda, ignorá-las. Ou converter-se o problema em questão acadêmica, problema do professor, não de pobreza, ou seja, com 40 alunos o professor X ensina e com 40 alunos o professor Y não ensina, não importa as questões financeiras e da classe social dos alunos. Neste contexto está presente a lógica empresarial, isto é, tem que ter retorno sem aumentar o investimento na educação, é apenas uma questão de reorganizar.

As idéias que estão sendo divulgadas tem um apelo muito forte ao senso comum, se fala dos EUA das ideias que programaram, mas não do resultado. Logo é preciso divulgar as contradições deste percurso, bem como, outros dados como, por exemplo, que o Uruguai é o primeiro em leitura no PISA e o segundo em matemática, já o Chile não permite que se divulgue o nome das escolas dentro da avaliação.

Os governos tem se preocupado cada vez mais com os resultados dos seus respectivos sistemas educacionais, o que tem acirrado a disputa entre as nações com maior poder econômico. Há ainda que se considerar que com o aumento dos investimentos na educação, tem gerado indagações sobre o seu resultado. A resposta a estas indagações tem sido a implementação de políticas de accountability, isto é, de responsabilização.

A política de responsabilização torna públicos os resultados das avaliações realizadas sobre a equipe escolar, bem como e os níveis de aprendizagem. Dessa forma os integrantes da escola, em especial os docentes tem sido considerados os responsáveis e corresponsáveis pelo desempenho alcançado nos testes de avaliação.

Com esta política tem ocorrido um “ranqueamento” das escolas, no Brasil, como outrora ocorreu nos países onde surgiu esta política: Estados Unidos e Inglaterra. Os governos destes países tinham como sendo marcante a idéia de que seu desenvolvimento econômico se ampliaria ainda mais com a educação de qualidade. Tanto que estas questões foram impulsionadas pelo resultado dos programas patrocinados pela Associação Internacional para a Avaliação do Progresso Educacional – IEA.

Nos EUA houve um aumento do entusiasmo em relação ao resultado das medidas de responsabilização nas ultimas décadas, até por que as pesquisas que demonstram a negatividade desta política estão sendo produzidas agora, além disso, uma das maiores dificuldades para desmontar, para fazer esta crítica é que os relatórios de pesquisa não são divulgados, especialmente, as que contrariam as teses. Um complicador tem sido as fundações e institutos, as quais contratam a pesquisa e publicam-na, o que sugere credibilidade, porém em ciência não é assim que funciona, em ciência há certos procedimentos e encaminhamentos para a publicação. Não é possível pesquisar e publicar sem revisão, como o fazem as fundações. Então a política, de posse desta publicação a divulga como sendo de excelência.

A partir da década de 90 essas políticas foram reconhecidas, implementadas e

tornadas obrigatórias pelo governo dos Estados Unidos, sendo o seu grande marco a promulgação da lei “Nenhuma criança deixada para trás”, em 2001, no então governo Bush.

Em geral, o accountability, as políticas de responsabilização educacional nos diferentes países, apresenta diferentes aspectos, contudo é possível elencar elementos em comum, a saber: a) testes padronizados com ênfase na aprendizagem dos alunos, b) culpabilização dos professores e gestores pelos resultados dos testes, c) incentivo para os que atuam com os alunos a fim de que se empenhem na obtenção dos resultados.

Há que se considerar que o accountability tem melhorado a aprendizagem nos aspectos abordados nos testes, porém há que se ponderar que estes são partes de um todo complexo, com duração de vários anos, isto é, os testes abordam uma matriz formativa e não a totalidade dos conhecimentos de uma série ou nível de ensino.

2. APRESENTANDO UMA ALTERNATIVA: A AVALIAÇÃO DO MST

Antes de adentrarmos na questão propriamente dita da alternativa é preciso compreender que esta faz parte de um projeto educativo, que está sendo construído num movimento social tem por objetivos a luta pela terra, pela Reforma Agrária, pela transformação social.

A educação é um dos processos de formação da pessoa humana. Processo através do qual as pessoas se inserem numa determinada sociedade, transformando – se e transformando esta sociedade. Nesse sentido, a educação esta sempre ligada com um determinado projeto político e uma concepção de mundo. Faz-se necessário ressaltar que, embora o projeto educacional do MST esteja delineado, não está pronto e acabado, mas em construção, sendo vivenciado e recriado no dia a dia nos espaços educativos do MST. Conforme MST (1998), o Movimento Sem Terra desenvolve os processos educativos da sua base social, tendo em vista os Princípios Filosóficos e Pedagógicos do Movimento.

Os Princípios são convicções, formulações que são balizas, marcos, referências para o trabalho de educação no MST. Importa lembrar que o Movimento tem uma atuação em quase todo o território nacional, exceto em alguns estados da região Norte⁴; sendo assim, apresenta diferenças significativas a depender da realidade de cada Região e de cada Estado.

Os Princípios Filosóficos dizem respeito à visão de mundo que o Movimento defende; à sua concepção de sociedade, de pessoa humana e educação que pretende e que constrói. Conforme sua proposta pedagógica, os princípios filosóficos da educação do MST são: Educação para a transformação social, Educação para a cooperação, Educação voltada às várias dimensões da pessoa humana, Educação com valores humanistas e socialistas e Educação: formação e transformação do ser humano.

O MST (1998, p.23) (...) *acredita na capacidade de transformação permanente dos seres humanos; as pessoas mudam, educam-se e são educadas num processo que só termina com a morte (...)*. Por outro lado, entende-se que esse processo não se dá de forma aleatória; não bastam discursos, palavras e teorias, é preciso que haja as vivências concretas do novo. Assim sendo, o Movimento potencializa, desafia e reflete sobre cada

processo acontecido neste grande espaço social que é o MST. Os indivíduos passam por um momento dialético; no processo, passam a se entender como sujeitos, que têm uma história; constroem a identidade de Sem Terra.

Os Princípios Pedagógicos referem-se ao jeito de pensar e pôr em prática os princípios filosóficos da educação do Movimento, ou seja, é basicamente a reflexão metodológica dos processos educativos que acontecem nos assentamentos e acampamentos. Estes princípios pedagógicos são essenciais para a implementação da proposta de educação, especialmente na parte metodológica dos processos educativos desenvolvidos. Os princípios pedagógicos segundo MST (1998) que impulsionam este trabalho são: a) Relação prática e teorias, b) A realidade como base de produção dos conhecimentos, c) Atitudes e habilidades de pesquisa, d) Conteúdos formativos socialmente relevantes, e) Educação para e pelo trabalho, f) Vínculos orgânicos entre os processos educativos e os processos políticos, g) Vínculo orgânico entre educação e cultura, h) Auto-organização dos educandos, i) Combinação entre os processos pedagógicos coletivos e individuais.

Por princípio a organização do trabalho pedagógico nas escolas de assentamento e acampamentos do MST, segue outra lógica, e, por conseguinte tem-se outra concepção de avaliação, o que acreditamos ser a alternativa para os testes de responsabilização.

Analisando os princípios nota-se que a proposta de educação do Movimento Sem Terra, além de conceber a educação de forma ampla, propõe superar a concepção oficial de escola. Esta proposta contraria a ordem social vigente, porque está a serviço dos interesses da classe trabalhadora do campo. No que se referem à educação escolar, esses princípios esbarram numa série de impasses, pois o MST está inserido em uma sociedade na qual as relações predominantes são antagônicas às defendidas pelo Movimento.

Assim, os princípios filosóficos e pedagógicos da proposta de educação do MST, permanecem nas escolas dos assentamentos numa tensão entre o projeto de educação de uma sociedade capitalista e os elementos do projeto de sociedade que o MST vem construído na sua base social. Entendemos que essas contradições devem ser entendidas neste contexto de hegemonia da escola capitalista e das inúmeras limitações que ela nos coloca ao pensar uma nova escola e o aprofundamento teórico, aliado à luta social do MST são condições imprescindíveis para a superação das limitações com que hoje nos deparamos. Segundo Araújo (2007, p. 316).

Na luta para organizar a educação escolar, o MST esbarra numa série de condições institucionais imposta pelo estado burguês. No contexto atual não se submeter a tais condições é organizar-se sem a tutela do Estado, o que deixa o Movimento numa condição de substituição do Estado em suas funções públicas. Ocorre que o Estado é um provedor de direitos, o que significa dizer que ele garante o direito, mas não garante a emancipação. Assim, ao limitar a luta pelo acesso à educação escolar no âmbito apenas dos direitos, os esforços do MST se encerram nos limites dos direitos e não na emancipação.

Mesmo assim, o MST vem desenvolvendo algumas experiências em escolas nos assentamentos e acampamentos em alguns estados, no sentido de ir construindo alternativas, pensando em uma forma de escola que atenda as necessidades da classe trabalhadora. Assim a organização do trabalho pedagógico vivenciado pelas crianças nessas escolas que vem sendo implementada a proposta de educação do MST baseia-se na prática da coletividade, na realidade vivenciada pelas crianças e no meio que elas estão inseridas.

Por organização do trabalho pedagógico, entendemos tudo que acontece no cotidiano da Escola. A gestão, o organização do trabalho socialmente útil, o funcionamento o coletivo dos estudantes, a participação da comunidade, o acesso ao conhecimento, o jeito de se organiza para estudar, o relacionamento dos educadores e educadoras com as famílias, como os estudantes; e como os estudantes se relacionam entre si, com a comunidade assentada ou acampada. Freitas (2009, p. 12) destaca:

A organização do Trabalho pedagógico, ora vista em sua abrangência de um macroambiente escolar, ora enquanto um microambiente, restrito a sala de aula, bem como as suas relações sociais; e a questão clássica sobre a necessidade de ultrapassar a mera função da instrução no processo de ensino aprendizagem, explicitando a função formativa da escola.

Neste sentido a organização do trabalho pedagógico desenvolvido nas Escolas vai para além das portas e janelas das mesmas. Os projetos políticos pedagógico das escolas devem estar vinculados ao projeto de sociedade que o MST vem construindo, ou seja, a escola deve ter uma intencionalidade política e pedagógica nas suas praticas educativas e nas suas relações sociais.

Assim sendo, a escola deve prever em sua estrutura organizativa, a participação dos estudantes, professores e funcionários da escola e comunidade assentada ou acampada como também prevê o funcionamento desses coletivos na escola. Prever as instancias, com suas funções e atribuições nas tomadas de decisões como também na execução da responsabilidade de cada delas. Nesse sentido a proposta de Educação do MST segue os princípios do MST de organicidade que está sistematizado nos cadernos do ITERRA (2004, p.40) descreve:

(...) a organicidade é a relação entre cada uma das partes de um todo, como se fosse um corpo vivo, entre si e com o todo. Ninguém pode perder a noção do conjunto, e isto só é possível quando se sabe como funciona, a finalidade de cada uma das partes do todo e qual o seu papel em vista dos objetivos estratégicos da organização. Embora as tarefas sejam diferentes, as partes têm a mesma importância.

Com esse entendimento o MST orienta algumas instâncias para melhor organizar e socializar o conhecimento nas escolas de assentamento e acampamento.

a) *A Direção Política da Escola* – Em vez de ter uma diretora na escola que toma todas as decisões, ter um coletivo de direção da escola isso implica na construção de uma

visão comum do processo, que as decisões são tomadas pela maioria entre os membros da direção coletiva.

b) Os Núcleos de base, ou seja, a coletividade primária– Os Núcleos de base têm a função de ser a instância de base do processo da gestão da escola. Ele deve ser construído levando em conta o sexo, a idade, a série, etc.. Ele é um espaço onde se convivem e se organiza o cotidiano dos estudantes. Nessa coletividade cada um deve saber o que fazer, qual é sua responsabilidade com a escola. É a partir dos núcleos de base que os estudantes assumem o comando, isso quer dizer que eles escolhem os coordenadores dos núcleos (geral um menino e uma menina) e eles juntamente com os coordenadores dos outros núcleos de base compõem a coordenação geral da escola.

c) O Coletivo das turmas– Essa coletividade é formada por todos os coordenadores dos núcleos de base. O papel desse coletivo é acompanhar os educandos da escola mais permanente, ou seja, ajudando em alguns momentos numa perspectiva de maior participação de todos os estudantes.

d) A coordenação geral da escola – Ela é formada pela direção política e pela coordenação dos núcleos de base. Essa coletividade está sempre em construção e zela pelo bom andamento do projeto político pedagógico, pela organicidade e pelos seus sujeitos da escola.

Ainda pensando na formação dos estudantes e dos coletivos da escola o Movimento orienta as escolas a organizar em suas propostas políticas pedagógicas a vivência dos tempos educativos para desenvolver determinadas habilidades e desenvolver algumas das dimensões humanas. Os tempos educativos procura romper com a organização hegemônica que da sala de aula da escola burguesa apresenta, a qual expressa à verticalidade e concentração de poder das relações desta forma social e também o predomínio do ensino calcado na verbalização e memorização.

Os tempos educativos têm por fim constituírem-se como um contraponto a esta forma/conteúdo escolar do capitalismo, ao mesmo tempo em que busca desenvolver habilidades e dimensões humanas como o gosto pela leitura, o trabalho prático, o trabalho coletivo e os mutirões, habilidades artísticas diversas, entre outras. A organização desses tempos educativos é mais eficaz quando se articula com um projeto educacional que assume a formação omnilateral como meta e como base na organização do trabalho pedagógico da escola. Nesse sentido, o movimento recomenda alguns tempos educativos e orienta que esses devem ser colocados em prática conforme as condições materiais de cada escola.

Algumas escolas vêm implementando a proposta de educação do MST, tentando vivenciar, outro jeito de fazer a escola, pois esses espaços de vivência e de socialização dos coletivos levam os estudantes, professores e comunidade a perceber a importância da escola para eles. Também esse jeito de organizar a escola ajudar na construção de numa concepção de educação, de escola, de mundo. E os estudantes ao vivenciar esse trabalho político pedagógico nas escolas do MST trazem as marcas, os sinais, na sua formação, o que lhes possibilitam fazerem uma releitura da realidade, tendo sempre em vista as possibilidades de transformação da sociedade, numa perspectiva de acumulo de forças em prol do projeto da classe trabalhadora.

Para o MST (1992, p.23) “*é a partir da organização do trabalho pedagógico da*

escola, que deve se pensar a avaliação e que não deve ficar restrita apenas aos conteúdos de aprendizagem". Deve-se levar em consideração toda a prática social, a participação, a apreensão do conhecimento, os valores vivenciados pelos estudantes. Nesse processo, para o MST (1999) algumas questões são fundamentais para a escola refletir "a *escola é local de trabalho? a escola é local de produção de conhecimentos? a escola é um lugar de desenvolvimento integral das pessoas? a escola é o lugar de preparação das futuras gerações, juventude?*" para o início de uma avaliação na escola.

Esse processo deve ser contínuo e deve acontecer durante e depois de realizadas as atividades. Nos documentos do MST (1992-1999), orienta que a avaliação deve ser realizada no âmbito da totalidade da Escola. Ainda sugere como instrumentos de avaliação: pareceres, fichas de observação, diários das crianças (onde elas poderão registrar diariamente as suas avaliações, impressões sobre a escola, os educadores, o aprendizado, e demais coisas do seu interesse); relatórios dos trabalhos elaborados pelos educandos e professores, provas, gincanas culturais, rodas de discussão livre.

No processo de avaliação todos os sujeitos envolvidos (professores, estudantes, pais direção e coordenação da escola, e a comunidade nas suas relações com a escola), devem participar ativamente desse momento. Assim, a proposta do MST considera que a avaliação é um ato coletivo e deve envolver todos, objetivando a reflexão sobre o processo, e extraindo lições do processo para reflexão e redefinição das práticas sociais.

Entendemos que a avaliação é um ato político e diz respeito ao projeto político pedagógico no interior do qual são elaboradas as exigências desse projeto. Assim sendo, é importante que haja um processo de reflexão crítica acerca das práticas a ser avaliada nas escolas como um todo, pois a materialização dessas práticas está orientada para uma ótica de classe e concepções de ser humano e sociedade.

Com esse entendimento o MST ao refletir sobre a prática educativa das escolas depara com contradições existentes no interior das escolas e essas reflexões apontam possibilidades de superação das referidas práticas. Em algumas escolas de assentamento vem desenvolvendo algumas alternativas de avaliação tais como:

a) Avaliação Participativa: Essa é uma avaliação que reúne dados dos estudantes, ou seja, um dossiê registrando suas produções e crescimento intelectual (textos, desenhos, poesias, músicas, pareceres...) inclui também auto-avaliação do educando, (da turma) e dos educadores; Conselho de Classe sua participação nos tempos educativos, às recomendações das famílias, avaliação individual do educando, etc. Geralmente essa avaliação se realiza bimestral, ou conforme o Projeto político da escola é importante ressaltar que a participação deve ser entendida muito mais no sentido de um caminhar juntos no processo de aprimoramento da formação acadêmica e humana, exigindo uma estreita comunicação professor-aluno, onde ambos se desafiam a superar suas limitações e a organizar outros meios de desenvolvimento pedagógico.

b) Avaliação geral dos estudantes: Essa avaliação consiste no diagnóstico final de cada ano letivo e de cada turma; apresenta uma síntese sobre o desenvolvimento da aprendizagem do estudante, ressaltando seus avanços e dificuldades e se eles estão aptos a seguir para a outra série, ou etapa, ou ciclo, ou...

c) Avaliação geral da Escolar: Esse é um espaço onde se avalia os objetivos da escola, a postura dos professores, direção da escola e demais funcionários. Onde

também avalia se o Projeto Político da escola está sendo desvela, analisando se esse já atingiu seus objetivos e quais são os limites que ainda precisa ser superado. Observa se o conhecimento esta sendo socializado entre todos os seus sujeitos, como está sendo trabalho o currículo da escola. Nesse momento participa os representantes dos coletivos da escola como também os representantes da comunidade. Essa avaliação é feita anualmente ou quando necessária se convoca seus participantes para essa avaliação. Além disso, em algumas escolas participam de avaliações de larga escola vem sendo implementada pelos governos em nível federal, estadual e municipal.

Outro instrumento de avaliação que o Movimento vem experimento na escola é a crítica e autocrítica, esse tipo de avaliação é desenvolvida no movimento desde o seu inicio. Essa avaliação é muito realizada nos cursos de formação política nos espaços do MST. Atualmente esse instrumento de avaliação é usado entre os educandos e educandas, nos cursos que o Movimento tem em parceria com varias universidades, para avaliar o processo de participação dos estudantes.

A crítica e autocrítica constitui-se em um dos princípios da organização interna do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ela é desenvolvida para avaliar as ações dos seus militantes, procurando corrigir limites e encontrar soluções para os problemas existentes; estende se a todas as instâncias organizativas do Movimento. Em alguns assentamentos, esse princípio é colocado em prática também nas escolas. Segundo Machado (2010, p.63):

O sistema de crítica e autocrítica, que vem sendo praticado em escolas do MST é uma experiência relevante no sentido da afirmação de uma proposta de avaliação participativa e emancipatória. Essa forma de avaliação parte do pressuposto que todos os sujeitos que atuam na escola têm uma parcela de responsabilidade com o seu funcionamento e com a qualidade dos trabalhos ali desenvolvidos. Portanto, todos podem e devem ser avaliados e avaliar o outro para que haja mudança de postura e crescimento, tanto no aspecto individual, quanto coletivo.

Esse não é um processo simples, pois implica na disposição das pessoas em abrir-se às críticas, refletir sobre suas próprias ações com seriedade e tranqüilidade, e reelaborá-las de modo que atendam às finalidades do trabalho educativo concebido pela escola. Nos documentos do MST/ITERRA (2004, p 60) afirma que:

A crítica e autocrítica é um momento da critica coletiva e autocrítica pessoal, que exigem uma revisão da vida e da pratica de cada um dos integrantes que compõe o coletivo da escola. Conforme a maturidade dos participantes a critica e auto critica se realiza por NBs e conforme o amadurecimento da turma faz dantes numa plenária com todos. É importante ressaltar o cuidado com esse espaço, para não ser usado para instrução, conselhos, ou lições de moral.

A crítica e autocrítica é um espaço onde os educandos fazem uma discussão coletiva no sentido de refletir sobre a postura de cada um e em diversos momentos. A intencionalidade da critica e autocrítica é fazer com que todos reflitam individualmente sobre suas atitudes, como estão às relações pessoais

e sobre o seu comprometimento com o estudo e o coletivo da escola.

Nesse sentido, o que se espera desse processo, é que cada estudante conta como está seus estudos, seus limites, seus avanços, o cultivo dos valores e sua responsabilidade com o coletivo da escola. A crítica e auto-crítica se da seguinte forma:

1- Cada estudante - ou cada participante de cada coletivo da escola, como os professores, coordenadores, funcionários etc. - é avaliado ou recebe a crítica de cada participante do coletivo. Eles apontam seus limites e apresenta proposta de superação.

2- Num segundo momento quem recebeu a crítica faz sua auto avaliação, concordando, discordando ou acrescentando algo que o coletivo deixou de apontar. Depois ele se compromete ou não, em ir superando seus limites. Se esse estudante precisar de ajuda deste coletivo também apresentam suas necessidades de ajuda para que depois em outro momento seja encaminhado. Isso se dá principalmente quando tem muitos problemas com a aprendizagem dos estudantes na escola ou nos cursos.

3- No terceiro momento todos fazem uma reflexão mais geral e da importância do momento e cada estudante tem um tempo para fazer uma síntese de sua crítica e auto crítica. Essa síntese deve fazer parte do dossiê do estudante, ou se for, nossos cursos em parceria com as universidades essa síntese compõe o seu parecer que é entregue ao acompanhante político de cada estudante.

Geralmente a organização desse momento depende de alguns fatores com, por exemplo, o tempo disponível de cada escola, o contexto dos estudantes, dos professores, o processo formativo vivenciado pelos coletivos, as tensões enfrentada pelos coletivos, e o estágio de consciência de cada turma.

O processo de crítica e autocrítica contribui para o avanço da organicidade das turmas e da escola. Esse avanço dependerá do nível de maturidade dos estudantes e do coletivo de direção da escola, pois a cada crítica e autocrítica realizada, com maior envolvimento do coletivo da escola como um todo; essa será realizada, com mais maturidade e será mais verdadeira. Nesse sentido, é importante destacar o potencial formativo do coletivo ele é muito importante nesse processo. É importante ressaltar que os limites individuais nos estudos que diz respeito aos estudantes são trabalhados pedagogicamente não por um professor, mas por um coletivo no qual o estudante está inserido enquanto sujeito. Somente quando for realmente necessário de uma atenção especial que a escola providencia alguns seminários, oficinas, conferencias, com alguns especialistas para debater o tema.

A crítica e crítica-autocrítica exigem que os critérios sejam claros para o coletivo, haja vista que esse instrumento pode ser uma prática sistemática que conduza à tomada de posições e decisões, de uma mudança de posturas e ações dos sujeitos envolvidos. Nos documentos do MST/ITERRA (2007, p.159) ressaltar que *“a crítica e auto crítica ela precisa ser muito verdadeira para uns com os outros, pois entendemos que ela é feita de companheiro para companheiro.* Nesse sentido ela não pode ser destrutiva, ou seja, banalizada, com cada um, mais sim para que todos e todas possam contribuir com mais clareza na construção de um projeto de escola como também na construção de um projeto de sociedade.

E por serem uma avaliação de participação, as escolas ao programar precisa ter

clareza dos seus objetivos, até mesmo para não banalizar essa experiência, pois a mesma ainda está sendo experimentada em algumas escolas, e muitos estudantes, professores, funcionários etc. não estão acostumados com tal prática, cabendo ao professor e à escola como um todo experimentar em seus coletivos. Tem escolas que nem mesmo os professores sabem muito bem como desenvolver esse tipo de avaliação, necessitando desconstruir uma postura avaliativa centrada na figura docente, para ir implementando outras no sentido de ir pensando outra organização do trabalho pedagógico das escolas em outra base educacional.

Nesse sentido se faz necessário qualificar cada vez mais esse instrumento de avaliação, pois entendemos que a crítica e auto crítica é fundamental para superação de alguns limites que enfrentamos e com esse exercício temos a possibilidade de termos mais clareza para conduzir a transformação da escola e da sociedade.

3. TECENDO ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Entendemos que educação é um processo complexo e é não linear, como também é resultado das estruturas e práticas sociais contraditórias, que tem por objetivo formar o homem para determinada forma de vida social. Dessa maneira, as formas e os objetivos educacionais de qualquer sociedade se encontram sempre em relação íntima com seu modo de vida e, portanto, com suas relações de produção e de trabalho. Numa sociedade dividida em classes, carregada de perspectivas antagônicas, serão diversas as experiências educacionais produzidas e demandadas, faces distintas de uma mesma totalidade social contraditória.

A experiência da educação no MST é mais amplamente compreendida neste contexto, quer de luta por melhores condições para inserção social, quer de luta para superação desta forma de sociedade. Entendemos que o potencial emancipatório do projeto de educação do MST, revela-se a partir da compreensão de que a luta pela terra não se encerra apenas com a sua conquista, é preciso ir além, a sociedade precisa ser transformada. Pois, esse projeto de educação contém em si o desafio de resolver os problemas mais imediatos das escolas, como também os mais amplos da educação, e nisso consiste sua atualidade e seu potencial emancipatório. É importante ressaltar que, para construir uma educação emancipatória não basta apenas a intencionalidade de transformação social no projeto político pedagógico das escolas, se os conteúdos trabalhados não estiverem vinculados a um projeto de transformação da sociedade. Estes conteúdos precisam ser alimentados cotidianamente, mediante práticas de transformação da realidade.

Assim acreditamos que este processo educacional, apresenta uma possibilidade de trabalho diferenciado e alternativa às avaliações de responsabilização. Pois, não se trata de ser contrário à avaliação tão pouco como afirma Chapter (2012, p.36), de ter a bala de prata:

IF THERE IS ONE THING ALL EDUCATORS KNOW and that many studies have confirmed for decades, it is that there is no single answer to educational improvement. There is no silver bullet, no magic feather, and no panacea

that will miraculously improve student achievement. There are no grounds for the claim made in the past decade that accountability all by itself is a silver bullet, or for the oft-asserted argument that choice by itself is a panacea. Accountability and choice may or may not raise test scores, but neither is a surefire way to improve education. [Grifo do autor]

Com certeza, essa experiência não é uma receita infalível, mas uma possibilidade de se avaliar, e organizar a escola, principalmente se encontrarmos os pontos frágeis e trabalhá-los onde estudante, professor e sociedade se envolvem no processo e assumem seus limites propondo superar, mais também fazendo as mudanças necessárias no processo, tendo em vista a melhora qualitativa em especial uma avaliação que considere todos os saberes de cada um; e que não tem por objetivo o ranqueamento.

Vale ressaltar que o processo de responsabilização não melhorou a educação no EUA, o que pode ser verificado por meio dos resultados do PISA.

Ainda, se faz necessário romper com a ideologia de que a boa educação é ir bem no teste, já que este toma uma matriz formativa o que reduz a uma parte do que o estudante aprende ou precisa aprender em quatro anos e, ainda, no caso é uma amostragem de duas disciplinas.

NOTAS

³ Ao referir ao MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, utilizaremos a palavra Movimento, com M maiúsculo ou MST, com todas as letras maiúsculas.

⁴ Os Estados em que o Movimento não está organizado atualmente são: Acre, Amazonas, Amapá. A partir de 2008 o MST inicia sua organização no Estado de Roraima.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues, **As contradições e as possibilidades de construção de uma educação emancipatória no contexto da luta pela terra**. 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia (Faculdade de Educação, UFBA), Salvador.

CHAPTER, ELEVEN. Lessons Learned. CHAPTER, ELEVEN. Lessons Learned. IN: Ravitch, Daine. **The death and life of the great American School System**. 2012

DALMAGRO, Sandra Luciana, **A Escola no contexto das lutas do MST**, Tese (Doutorado em Educação), Florianópolis: UFSC, 2010.

Dahl, Gordon B., and Lance Lochner (2011). "The Impact of Family Income on Child Achievement: Evidence from the Earned Income Tax Credit." *American Economic Review*, 2011.

FREITAS, L. C.; Sordi, Mara Regina Lemes; Malvasi, Maria Márcia Sigríst; Freitas, Helena Costa Lopes, **Avaliação educacional: caminhando pela contramão**. Rio: Vozes, 2009.

ITERRA, Instituto de Educação Josué de Castro. Método Pedagógico. **Cadernos do Iterra nº 9**, Veranópolis, 2004.

_____. **O Instituto de Educação Josué de Castro e a Educação Profissional - Cadernos do Iterra nº 13**, Veranópolis, 2007.

INEP. **Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária**. Brasília, 2004.

MACHADO, Ilma Ferreira, Crítica e Autocrítica: Avaliação Participativa em Escolas do Campo do Estado de Mato Grosso. **Revista de Educação: Teoria e Prática** - v. 20, n.35, jul.-dez. -2010. Departamento de Educação da UNESP de Rio Claro, SP, Brasil, p. 57-69.

MOVIMENTO SEM TERRA, Princípios da educação no MST. **Caderno de Educação**, São Paulo: MST, nº. 08, setembro 1998.

_____. Como fazemos a Escola de educação fundamental. **Caderno de Educação** nº 09 Porto Alegre, 1999.

_____. Como fazer a educação que queremos. **Caderno de Educação** n.º 1. Porto Alegre, 1992.

Recebido em: 27/11/2013

Aprovado para publicação em: 10/12/2013